

PROBLEMA DA PRECIFICAÇÃO DOS MATERIAIS COMERCIALIZADOS PELOS CATADORES INDIVIDUAIS

Marcio Henrique Domingues Marques¹; Ana Claudia Giannini Borges²

1. INTRODUÇÃO

O crescimento do consumo tem resultado em problemas à sociedade, dentre os quais, o aumento da geração de resíduos sólidos e o descarte inadequado desses (Silva, 2017). Nesse sentido tem-se, a instituição da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que estabelece direcionamentos, responsabilidades, princípios e instrumentos para a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos (Brasil, 2010).

Determina, também, o fim da disposição final ambientalmente inadequada, com a extinção dos lixões, bem como indica a importância da coleta seletiva e a participação dos catadores para o gerenciamento dos resíduos sólidos em âmbito municipal (Brasil, 2010). Para tal, enfatiza a importância de incentivar a formação e o fortalecimento de cooperativas ou outras formas de organização de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, além de cobrar e atribuir competências ao poder municipal para a logística desses resíduos. Isso está atrelado ao disposto no art. 9º, de que na gestão e no gerenciamento de resíduos sólidos deve-se atender a seguinte ordem de prioridade: “[...] não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.” (Brasil, 2010)

A disposição irregular causa diversos impactos negativos no meio ambiente, como a degradação do solo, a poluição de rios e a contaminação dos lençóis freáticos por substâncias nocivas. Além disso, o acúmulo de lixo favorece a proliferação de vetores de doenças como dengue, leishmaniose, leptospirose e esquistossomose (Szigethy; Antenor, 2020).

Como apontado por Silva (2017), o descarte incorreto desses produtos tornou-se um dos maiores desafios ambientais e isso pode ser identificado por meio do Panorama dos Resíduos Sólidos (Abrema, 2024). Nesse, identificou-se que foram gerados 80.957.467 toneladas de resíduos sólidos urbanos, em 2023, dos quais 40.575.905 toneladas (50,1%) tiveram disposição final ambientalmente adequada em aterros sanitários, enquanto 28.729.148

¹ Graduando em Administração pela UNESP, campus de Jaboticabal, e-mail: marcio.d.marques@unesp.br.

² Prof^ª. Dr^ª. no Departamento de Economia, Administração e Educação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Jaboticabal e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Rio Claro, e-mail: ana.giannini@unesp.br.

toneladas foram dispostos de forma inadequada. É importante considerar que, de acordo com a mesma base, da coleta formal e informal, 6.731.390 toneladas (8,3%) de material foi triado e destinado para a reciclagem. Ademais, ABREMA (2024, p. 31) atribui que 94% das 80 milhões de toneladas de resíduos são coletadas pelo serviço público e 6% dos materiais “[...] foram coletadas via coleta informal por mais de 700 mil catadores autônomos [individuais] [...]”.

Segundo Teodósio, Dias e Santos (2016), mesmo após a implementação da PNRS, a situação dos catadores no Brasil permanece marcada, em algumas localidades, por problemas graves, como condições de trabalho extremamente precárias, a falta de organização coletiva, a continuidade da pobreza e o estigma social. Os autores afirmam ainda que, ao atribuírem um rosto, uma história e uma personalidade à reciclagem, os catadores desempenham uma função educativa e simbólica essencial no contexto urbano.

Diante desse contexto, este resumo expandido se sustenta na experiência de um projeto de extensão da UNESP que tem por objetivo promover rede e espaços de diálogo entre catadores individuais, a fim de promover troca de informações com o intuito de melhorar a condição de trabalho e renda para aqueles que vivenciam condição de vulnerabilidade social. Dos grupos e ações realizadas pelo projeto, escolheu-se um dos grupos de catadores individuais e a atividade de discussão sobre precificação dos materiais comercializados por eles.

2. OBJETIVO

Com isso, objetiva-se apresentar e analisar o processo de discussão com os catadores individuais sobre a precificação dos materiais recicláveis coletados e vendidos, a partir do valor recebido por eles e pago por outros comerciantes de materiais.

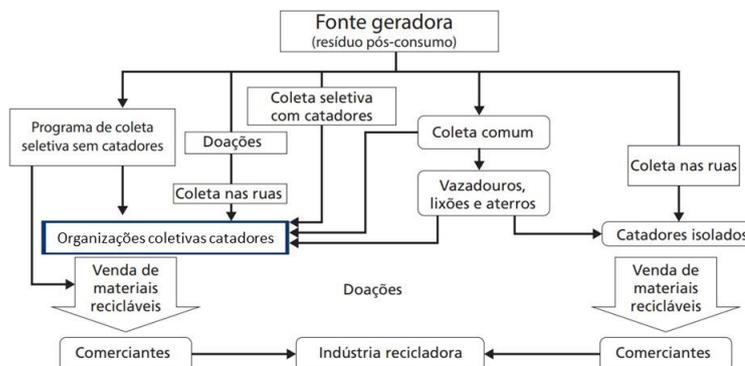
3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do projeto de extensão, utiliza-se metodologia participativa, entendendo que os catadores individuais são sujeitos de ação e com essa metodologia propõe-se a reflexão de suas ações e vivências, buscando a emancipação para atuar de forma autônoma e em rede. Tendo isso como base, para este resumo, utilizou-se de análise documental dos diários de campo e fez-se uso dos preços coletados, ao longo do segundo semestre de 2024, com comerciantes de materiais recicláveis em diferentes municípios. Para esse caso, considera-se o valor máximo e mínimo de cada tipo de material (papel, lata, dentre outros). Nessas reuniões também foram obtidos os valores recebidos pelos catadores individuais. O preço do material é apresentado na moeda Real em valor corrente.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para compreender o preço dos materiais recebido pelos catadores individuais, é preciso considerar a cadeia de valor da reciclagem e a condição dos catadores individuais (Figura 1).

Figura 1. Parte do fluxograma da cadeia de valor da reciclagem.



Nota: Este fluxograma se diferencia do original quanto a não a indicação do ambiente institucional e organizacional e o destaque das organizações coletivas de catadores. Fonte: Silva (2017, p. 13).

Na Figura 1 é possível observar que os catadores organizados e individuais (isolados) estão posicionados no mesmo nível e seus materiais são vendidos para comerciantes (intermediários e atravessadores). No entanto, é importante destacar que o volume de materiais comercializados pelos catadores organizados é maior que o volume de venda do catador individual. Isso se deve ao fato da capacidade organizativa dos catadores organizados coletivamente que apresentam estrutura física mais condizente para a execução da atividade, com esteiras e prensas para enfardar o material. Por outro lado, os catadores individuais coletam e comercializam volume menor e sem a possibilidade de fazer fardos, o que resulta em recebimento de preço por material menor ao recebido pelos coletivos, o que perpetua a condição de vulnerabilidade desses sujeitos. Essa diferença de preço pode ser observada na Tabela 1.

Tabela 1 – Comparação de preço para um quilograma de resíduos, em Reais, em 2024.

Material	Cotação com comerciantes		Valor recebido por catadores (R\$)
	Menor valor (R\$)	Maior valor (R\$)	
Tetra Pak	0,05	0,20	0,05
Plástico misto fino	0,30	0,30	0,20
Apara de papelão	0,48	0,55	0,35
Sucata de ferro mista	0,80	0,85	0,50
Plástico duro	0,90	1,00	0,30
Bisnaga Colorida	2,00	2,20	1,50
Pet	3,35	3,90	3,00

Fonte: Elaborada pelos autores.

Durante as conversas, em certos momentos foi possível perceber que há uma aceitação do valor estabelecido pelo mercado, pois os catadores não possuem volume e demasiadas opções de vendas, de modo a aceitar os valores estabelecidos pelos compradores.

A diferença de preço recebida pelos catadores também pôde ser observada a partir do relato deles. Um dos catadores afirmou que ao vender plástico colorido solto para um comprador específico, conseguiu o valor de R\$ 0,60 por unidade, enquanto outro catador, na reunião, destacou que recebeu, do mesmo comprador, R\$ 0,20 pelo mesmo material. Essa discrepância nos preços gerou uma discussão sobre as possíveis razões para tal diferença, como negociações informais e falta de padronização nos valores praticados pelos comerciantes.

Assim, iniciou-se um momento de reflexão, sendo afirmado por um dos catadores na reunião, que: “somos o resto”. Embora os catadores reconheçam a sua importância e o papel central que desempenham na coleta de materiais recicláveis, eles se veem como os últimos na cadeia de vendas desses produtos e, de forma semelhante, na estrutura social. É interessante notar que, embora tenham plena consciência do seu valor e da contribuição essencial para o processo de reciclagem, ainda são tratados pela maior parte da população como um segmento marginalizado. De acordo Sawaia (2008), o mundo econômico funciona de maneira similar à natureza, onde os "predadores" eliminam os "parasitas", aqueles considerados como os excluídos. Neste contexto, os catadores de materiais recicláveis podem ser vistos como parte desse segmento marginalizado da sociedade, os quais, apesar de desempenharem um papel crucial, são tratados como inferiores e descartáveis, sofrendo discriminação pela população.

Além disso, essa marginalização dos catadores se estende ao setor público, onde a gestão municipal, muitas vezes, não oferece o suporte necessário para que os catadores possam trabalhar de forma mais organizada e eficiente, conforme Teodósio, Dias e Santos (2016). A falta de infraestrutura adequada, como locais de armazenamento e prensas, impede que os catadores se unam, indo contra o que é previsto na PNRS (Brasil, 2010). Com isso, os catadores individuais sofrem da exclusão social e institucional, além de vivenciarem uma inclusão perversa, que é “[...] fruto de algo ainda mais profundo, visto que em um sistema capitalista, onde tal processo vai envolver o homem por inteiro, assim como suas relações.” (SAWAIA, 2008. p. 9).

Por fim, nas reuniões, pôde-se observar possibilidades de melhoria nas condições de trabalho e nas estruturas de reciclagem, porém isso foi visto com ceticismo pelos catadores, uma vez que promessas já foram feitas pelo Poder Público municipal e historicamente não se concretizaram. Isso resulta em uma perpetuação da precariedade das condições de trabalho dos catadores que continuam a enfrentar desafios tanto nas esferas social quanto institucional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade dos catadores individuais é uma ajuda fundamental frente ao problema gerado pelo volume de resíduos oriundos do consumo e do descarte indevido, apesar de sua condição de trabalho precária e de vida vulnerável. Essa condição se deve, dentre outros, a discrepância nos preços pagos pelos compradores, equipamentos insuficientes e invisibilidade dos catadores pelo Poder Público municipal. Esses pontos amplificam o problema da exclusão e inclusão perversa desses trabalhadores.

Os catadores individuais enfrentam desafios significativos, especialmente devido à falta de apoio do poder público, apesar do indicativo da PNRS que enfatiza a importância de incentivar a formação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores. Contudo, na prática, muitos municípios não oferecem a infraestrutura necessária, como locais adequados para armazenamento e equipamentos essenciais, como prensas, para viabilizar essas iniciativas, como observado pelo projeto de extensão. Essa ausência de suporte institucional dificulta a união dos catadores individuais, perpetuando precariedade e marginalização desse grupo. Por fim, a falta de incentivos e investimentos por parte do Poder Público municipal desestimula os catadores a trabalharem de forma coletiva, contrariando os objetivos estabelecidos pela PNRS.

REFERÊNCIAS

- ABREMA. Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**, 2024. Disponível em: <<https://www.abrema.org.br/panorama/>>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- BRASIL. Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- SAWAIA, B. (org.). **As Artimanhas da Exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- SZIGETHY, L; ANTENOR, S. **Resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios tecnológicos, políticos e econômicos**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cts/en/topics/217-residuos-solidos-urbanos-no-brasil-desafios-tecnologicos-politicos-e-economicos>. Acesso em: 23 mar. 2025.
- SILVA, S. P.. **A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2268). Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7413/1/td_2268.PDF. Acesso em: 26 mar 2025.
- TEODÓSIO, A.; DIAS, S.; SANTOS, M. **Procrastinação da política nacional de resíduos sólidos: catadores, governos e empresas na governança urbana**. Ciência e Cultura, v. 68, n. 4, p. 30-33, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.21800/2317-66602016000400011>. Acesso em: 23 mar 2025.